

JORNADAS DEMOCRÁTICAS

As colunas reaccionárias engrossadas por certo clero

«Exploração das camadas trabalhadoras; opressões sobre o povo e barreira às conquistas populares», eis os tipos de acção antidemocrática que serão objecto de análise na 7.ª secção «Luta contra as forças antidemocráticas» das Jornadas Democráticas.

As origens das forças antidemocráticas encontram-se principalmente nos monopólios, latifúndios, penetração imperialista e personalidades comprometidas com o regime fascista. Neste momento, as colunas reaccionárias foram engrossadas por certo clero conservador e algumas associações patronais.

A reacção actua a todos os níveis e em todos os campos: económico, ideológico, político e estatal. No primeiro, através do açambarcamento de produção e altas especulativas de preços; da suspensão de investimentos, fuga de capitais para o estrangeiro e despedimentos de trabalhadores; no campo ideológico com um clero e caciquismo reaccionário, camuflagem com siglas e «logos» pseudodemocráticos e anticomunismo. Nos dois sectores, Estado e político, com resistências ao saneamento no aparelho de Estado, dificuldades levantadas por elementos fascistas que se encontram ainda em posições influentes; tentativa de conservação de unidade entre as forças reaccionárias, além de continuar a estruturação de organizações políticas reaccionárias.

Os objectivos da reacção consistem no retrocesso do processo democrático, na desconfiança sobre os órgãos de

governança; a quebra da aliança entre o movimento popular e as Forças Armadas e a cisão entre os órgãos do Poder político.

No decorrer do debate da 7.ª secção, chama-se a atenção para a hesitação do Poder na luta contra a reacção. Esta hesitação revela-se numa lentidão no saneamento do aparelho de Estado; debilidade nas acções antimonopolistas e pouca firmeza perante as provocações fascistas. Apela-se para o combate à reacção — tarefa fundamental das forças democráticas — com unidade das forças progressistas, vigilância constante e denúncia pública das suas manobras de alarmismo e atemorização.

PROSSEGUEM AS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Prosseguem em todo o País as sessões de esclarecimento integradas nas Jornadas Democráticas, que culminam no próximo fim-de-semana no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, com reuniões a que estarão presentes delegados do M. P. D. de todo o continente e ilhas adjacentes.

Entretanto, efectua-se hoje as seguintes sessões de esclarecimento:

Torres Vedras, no Grémio Comercial, às 21,30 horas, sobre «Os problemas da agricultura e do mundo rural», orientada por José António Tavares da Cruz; **Alcântara**, às 21,30 horas, sobre «O Programa do M. F. A. no processo democrático português» e «Luta contra as forças antidemocráticas», com as presenças de João Cravinho, José Manuel

Tengarrinha e Teixeira de Sousa; **Camide**, às 21,30 horas, no Salão de Festas do Bairro Padre Cruz, onde Jorge Carvalho e António Galhordas dirigirão a sessão plenária de todas as secções em que se dividem as Jornadas.

Algueirão-Mem Martins, às 21,30 horas, no Casal da Mata serão analisados alguns dos vários problemas locais daquela região; **Lisboa** na Cooperativa Esteiros, às 12,30 horas, «Custo de vida, despedimentos e democratização da vida económica», com a presença de Bruno Soares; ainda em Lisboa, promovida pela base dos bancários, realiza-se na sede da C. D. E., uma sessão sobre «Custo de vida, despedimentos e democratização da vida económica», dirigida por Helena Lopes.

St.º Isidro, às 21,30 horas, sobre «Os problemas da agricultura e do mundo rural»; **Loures**, na Câmara Municipal, às 15 horas, sobre «Desenvolvimento da vida democrática local e regional»; **Campo de Ourique**, às 21,30 horas, realizar-se-ão simultaneamente duas sessões de esclarecimento, uma sobre «Luta contra as forças antidemocráticas», na Imparcial e a segunda no Clube das Andorinhas, sobre o «Programa do M. F. A. no processo democrático português»; **Alcabideche**, às 21,30 horas, na sede dos Bombeiros Voluntários, sobre «Desenvolvimento da vida democrática local e regional» e «Custo de vida, despedimentos e democratização da vida económica», com as presenças de Alberto Branco e António de Sousa.

Dois militares para os governos de Macau e Timor

Dois militares foram ontem nomeados para governadores de Macau e Timor. Os novos governadores daqueles dois territórios são o major de Artilharia José Eduardo Martinho Garcia Leandro, para Macau, e o tenente-coronel de Infantaria Mário Lemos Pires, para Timor.

As nomeações foram feitas pelo Conselho de Ministros que aprovou diversos diplomas relacionados com a administração interna e com outros departamentos. Apenas esteve ausente o ministro sem pasta Alvaro Cunhal que se encontra em Moscovo em missão governamental.

Como é já usual, a sessão do Conselho de Ministros foi longa. No final, o ministro sem pasta Vítor Alves leu à Imprensa o comunicado habitual. Nele se refere que foi aprovada a nomeação de um embaixador para Paris, cujo nome não foi divulgado por não haver ainda, naturalmente, o «agrément» francês.

O Conselho abordou de novo a questão do horário de trabalho nacional e decidiu voltar posteriormente ao assunto. As linhas gerais do plano de actividades do Ministério dos Assuntos Sociais foram examinadas e aprovadas, tendo-se decidido também integrar esse plano no mais vasto plano económico-social em estudo e cuja apresentação ao País se espera para breve.

ARRENDAMENTO RURAL: MAIS TEMPO DE DISCUSSÃO

O Conselho de Ministros decidiu dar mais tempo para que prossiga a discussão pública do projecto de diploma sobre o arrendamento rural. Para evitar que os contratos vigentes

neste campo sejam subtraídos à aplicação do novo regime, o Conselho impede a denúncia dos contratos cujo prazo termine entre 9 de Outubro e a data de entrada em vigor do novo diploma, enquadrando também as acções de despejo com fundamento no decurso do prazo.

A descolonização foi abordada quando o almirante Rosa Coutinho se dirigiu ao Conselho para expor a situação actual em Angola.

Os ministros trataram ainda de assuntos relacionados com o Ministério da Educação e Cultura, tendo aprovado um diploma sobre a regularização das nomeações de professores eventuais e provisórios, colocados nos diversos estabeleci-

mentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário. Alguns artigos do Decreto-Lei 476 de 24 de Setembro foram alterados. Este decreto refere-se à colocação de professores de vários graus de ensino no presente ano escolar.

A lei orgânica do Ministério do Trabalho foi alvo de uma primeira abordagem.

Amanhã, às 15 horas, o Conselho de Ministros volta a reunir, pensando-se que na agenda, muito demorada segundo Vítor Alves, venha a tratar da questão da inelegibilidade a que se refere o projecto de lei eleitoral e que incluía uma primeira discussão sobre a futura Lei Sindical.

O P.A.I.G.C. exige negociações sobre Cabo Verde

Em documento agora divulgado em Lisboa, a Direcção Nacional de Cabo Verde do P.A.I.G.C. analisa a actual situação social e económica do arquipélago e considera urgente a independência para o povo caboverdiano.

Nessa declaração, denuncia-se o estado de impasse em que se encontra o processo de descolonização de Cabo Verde. Depois de sublinhar a incapacidade da administração colonial para resolver a crise política e económica, enquanto se assiste a «uma degradação da situação política e social que pode redundar no caos e na violência», a Direcção do P.A.I.G.C. em Cabo Verde su-

gere medidas concretas contra a inflação e o boicote aos investimentos.

Simultaneamente exige ao Governo português a reabertura imediata das negociações, «no seguimento dos compromissos constantes do Protocolo do Acordo assinado a 26 de Agosto de 1974 em Argel, entre o P.A.I.G.C. e o Governo português, com vista a definir as vias concretas para o acesso de Cabo Verde à completa independência, único meio para pôr termo ao clima de desconfiança existente, susceptível de se converter em caos económico-social e de gerar, confrontações de consequências imprevisíveis.»

Naturais da Madeira repudiam teses emancipalistas reaccionárias

Uma proposta pedindo ao Governo Provisório a substituição imediata do actual Governador do distrito do Funchal foi ontem aprovada por unanimidade num plenário de naturais da Madeira residentes em Lisboa. A assembleia referiu a acção «perniciosa» do dr. Fernando Rebelo, depois de fazer um balanço e análise profunda aos actos dos governantes da Madeira, já nomeados depois de 25 de Abril.

A discussão do problema levantado por um comunicado do chamado Movimento Democrático da Madeira, que os participantes na assembleia consideram um «movimento fantoche», e em que aquela organização solicitava o estudo da independência ou autodeterminação do arquipélago, ocupou largo tempo das intervenções dos participantes, no plenário, tendo sido ligado ontem o nome do actual governador ao comportamento verberado pelos naturais da Madeira em relação aos movimentos separatistas. Os patrocinadores daquele ideário emancipalista foram acusados de intenções «verdadeiramente reaccionárias».

Foi salientado neste plenário que grandes ou médios capitalis-

tas, receosos de que a nova situação política portuguesa possa fim aos escandalosos privilégios de que têm gozado até agora, recorrem à «pseudoprogressista» ideia emancipalista para conseguirem manter, ou aumentar, se possível o domínio sobre as massas trabalhadoras.

A situação económica do arquipélago, que é grave, neste momento, foi amplamente debatida, concluindo-se que esta pode vir a agravar-se, caso não sejam tomadas medidas imediatas.

Finalmente foi aprovada uma proposta dos madeirenses residentes em Lisboa, que se solidarizam com a luta dos

trabalhadores e dos movimentos progressistas pela melhoria das suas condições de vida e instauração de uma sociedade mais democrática; manifestam a sua solidariedade para com o «Comércio do Funchal», suspenso por trinta dias pela comissão «ad hoc» para a Imprensa, salientando ter sido este semanário, ao longo dos anos, a única voz democrática, enquanto, após o 25 de Abril a Imprensa reaccionária continua impune; solidarizam-se com os trabalhadores e movimentos progressistas no seu pedido de exoneração do governador e das autoridades nomeadas, e voltam a pedir a sua substituição para o arquipélago da Madeira.

O DR. CORREIA PINTO DIRECTOR DO F.A.O.J

Foi ontem empossado, no cargo de director do Fundo de Apolo aos Organismos Juvenis, o dr. José Manuel Correia Pinto, antigo militante do movimento associativo de Coimbra e presidente do conselho fiscal da Associação Académica de Coimbra em 1964 e 1965.

Licenciado em Direito, com alta classificação, o dr. Correia Pinto foi durante dois anos assistente de Ciências Jurídicas da Universidade. Em 1970 deslocou-se à Moçambique para dirigir uma empresa privada. Cumpriu o serviço militar na Guiné, até meados deste ano, na Marinha.

seja encarada uma solução de emergência, com os seguintes pontos: a) acção política que permita a real democratização do arquipélago, b) criação de estruturas administrativas «ad hoc» adequadas à efectivação do plano.

estudio SATELITE

4 SESSÕES DIÁRIAS 14.15-16.45-19-21.30 h

um filme de **MARCO FERRERI**

FESTIVAL DE CINEMA INTERNACIONAL DO FESTIVAL DE CANNES



13
semana

LA GRANDE BOUFFE

A GRANDE FARRA

Marcello Mastroianni - Michel Piccoli
Philippe Noiret - Ugo Tognazzi - Andrea Ferrel

AVISO AO PÚBLICO
ESTE FILME CONTÉM CENAS EVENTUALMENTE CHOCCANTES
recomendação dos Serviços de Espectáculos

COLOUR INTERDITO A MENORES DE 16 ANOS DOPFERFILME